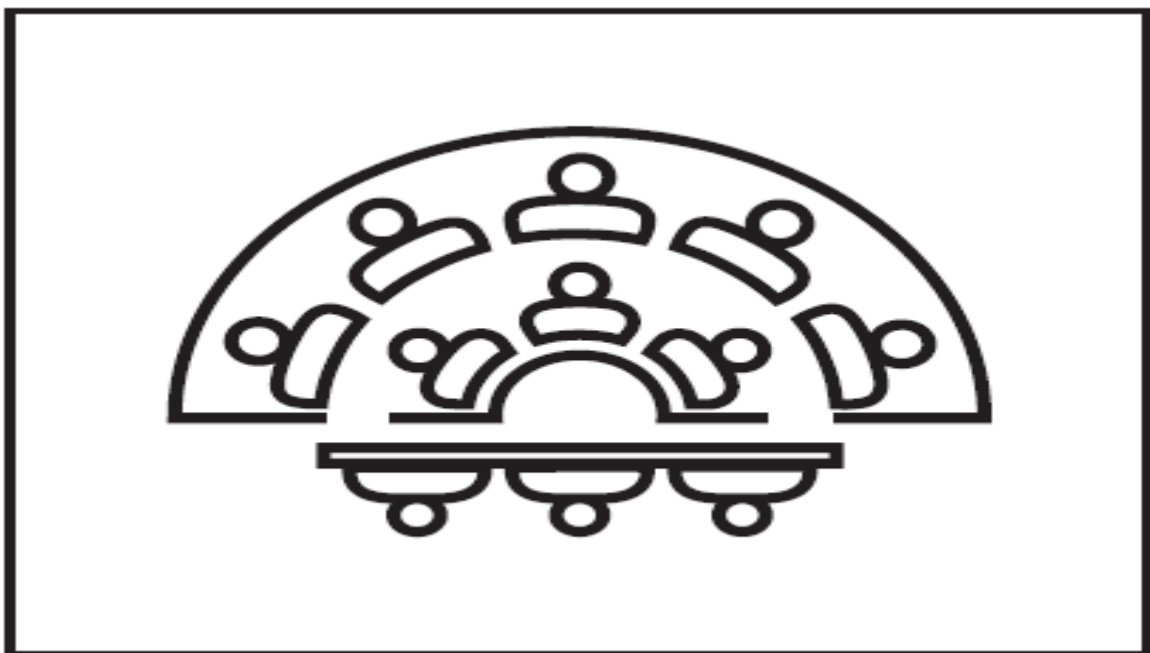




# **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO**



**ACTA N.º 13**

**5.ª SESSÃO ORDINÁRIA DE  
19 DE DEZEMBRO DE 2011**



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

-----Aos dezanove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze, pelas 09h40m, nesta vila de Torre de Moncorvo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a **Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo**, devidamente convocada, e com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

**I – Período de “Antes da Ordem do Dia”.**

**II – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:**

1. **Apreciação da Actividade Municipal – Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.** -----
2. **Proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2012 e Mapa de Pessoal para 2012 – Apreciação, discussão e votação.** -----
3. **Proposta de Revisão da Organização dos Serviços Municipais – Apreciação, discussão e votação.** -----
4. **Proposta de Regulamento Municipal das Hortas Comunitárias Sustentáveis em Torre de Moncorvo – Apreciação, discussão e votação.** -----
5. **Livro Verde da Reforma da Administração Local – Apreciação e discussão.** -----

**III – Período de “Intervenção do Público”.**

-----Nos termos do n.º 3 do artigo 46.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Sessão foi presidida pelo Primeiro Secretário, senhor **António Alves Salema**, em substituição do Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Alberto Almada Guerra, ausente por motivos de saúde, e secretariado pela senhora Deputada **Beatriz da Luz Souza Fernandes**. -----

-----Foi chamada para integrar a Mesa da Assembleia e exercer as funções de Segundo Secretário da Mesa, durante esta Sessão, a Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras, senhora **Maria do Rosário Patrício**, da bancada do Partido Socialista. -----

-----De seguida, o Presidente da Mesa em exercício, saudou os presentes e informou o Plenário dos motivos da ausência do senhor Presidente Dr. Almada Guerra, que se prendem com o seu estado de saúde, formulando votos de rápidas melhoras. -----

-----Seguidamente deu o uso da palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, a fim de que este procedesse à chamada. -----

-----Estavam presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: --

Força Política	Membros	
<b>Partido Socialista</b>	FAUSTO EDMUNDO TIAGO	
	JOSÉ FRANCISCO MARTINS FEVEIREIRO	
	MARIA VITÓRIA ANDRADE LÁZARO	
	ANTÓNIO MANUEL FARIA SOTA	
	ISMAEL JOAQUIM FERREIRA	
	ALTINA DA GLÓRIA LOPES PINTO	
	LUÍS RICARDO REBOUTA MACEDO DA SILVA FERREIRA	
	ANTÓNIO DA CRUZ BARBOSA FILIPE	
	JOSÉ CARLOS CORDEIRO	Presidente da Junta de Freguesia de Açoreira
	JOSÉ MANUEL MOREIRAS	Presidente da Junta de Freguesia de Cardanha
	JOSÉ MANUEL DOS SANTOS TEIXEIRA	Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais
	ANTÓNIO MANUEL DE CASTRO GONÇALVES	Presidente da Junta de Freguesia de Felgar
	LUÍS ANTÓNIO CARVALHO	Presidente da Junta de Freguesia de Horta da Vilariça
	PAULO EVANGELISTA BENTO	Presidente da Junta de Freguesia de Mós
BÁSILIO MÁRIO LÁZARO	Presidente da Junta de Freguesia Peredo dos Castelhanos	
AFONSO HENRIQUE ALGOA	Presidente da Junta de Freguesia de Urros	



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Força Política	Membros
Coligação Eleitoral PPD/PSD-CDS/PP	JOÃO CARLOS EVANGELISTA
	ORLANDO MIGUEL JORGE MESQUITA
	LILIANA ANDREIA DE SOUSA BERNARDINO
	NUNO MANUEL MARTINS COSTA
	ADALBERTO MANUEL CORDEIRO COVAS MIGUEL
	VIVIANA SERRA CARDOSO LEONARDO TEIXEIRA
	ANTÓNIO MANUEL CAPELA
	ANTÓNIO JÚLIO ANDRADE
	LILIANA DE FÁTIMA FIDALGO FERNANDES
	CARLOS ALBERTO D'ABREU FERREIRA MACHADO
	GUILHERMINO ESTEVES SOARES
MANUEL JOSÉ DINIS	Presidente da Junta de Freguesia de Larinho

-----A seguir, o Presidente da Mesa em exercício, passou a enunciar as substituições na sessão de hoje: -----

-----Ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro: -----

**Na bancada do Partido Socialista:** -----

- ▶ O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Boa, fez-se representar pelo Tesoureiro da Junta senhor **Fernando Manuel Lopes**; -----
- ▶ O senhor Presidente da Junta de Freguesia do Castedo, fez-se representar pela Secretária da Junta senhora **Luísa Maria Pinto Ferreira**; -----
- ▶ O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Velha, fez-se representar pelo Tesoureiro da Junta senhor **António José Miguel Seixas**; -----
- ▶ A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, fez-se representar pelo Tesoureiro da Junta senhor **Luís Miguel Lopes**. -----

**Na bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP:** -----

- ▶ O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lousa, fez-se representar pela Secretária da Junta senhora **Ana Maria Seixas Filipe Cordeiro**; -----
- ▶ O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçores, fez-se representar pela Secretária da Junta senhora **Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto**. -----

-----Os trabalhos iniciaram-se, assim, com a presença de **trinta e sete** membros dos trinta e oito que compõem a Assembleia Municipal. -----

**Justificação de falta:** -----

-----Ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Mesa da Assembleia justificou a falta de comparência à sessão de hoje do Sr. Presidente da Assembleia, Dr. António Alberto Almada Guerra. -----

-----Estavam presentes, pela **Câmara Municipal**, o senhor Presidente Eng.º Aires Ferreira, e os senhores Vereadores Eng.º José Aires, Eng.ª Alexandra Sá e Dr. António Olímpio Moreira.

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 52.º-A da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, encontrava-se o Assistente Técnico Favorino José Bastos de Carvalho. -----



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

----- **I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA N.º 12 DA 4.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2011.**-----

-----Dado que o texto da acta *supra* indicada foi atempadamente distribuído a todos os Deputados Municipais, juntamente com a documentação para esta Sessão, dispensou-se a sua leitura.-----

-----Questionados os senhores Deputados se pretendiam fazer algum reparo ao conteúdo da mesma, não houve qualquer pedido de intervenção.-----

-----Posta à votação obteve os seguintes resultados:-----

<b>VOTAÇÕES</b>	<b>PS</b>	<b>COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Votos a Favor</b>	<b>21</b>	<b>10</b>	<b>31</b>
<b>Abstenções</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>6</b>
<b>Votos Contra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

-----Assim, a acta foi **aprovada por maioria**, com **seis abstenções** dos senhores Deputados Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira e Fernando Manuel Lopes (**PS**), Carlos Alberto d'Abreu Ferreira Machado, Manuel José Dinis, Secretária da Junta de Freguesia da Lousa senhora Ana Maria Seixas Filipe Cordeiro e Secretária da Junta de Freguesia de Maçores senhora Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto (**Coligação PPD/PSD-CDS/PP**), por ausência à respectiva Sessão e os votos favoráveis dos restantes senhores Deputados-----

-----**LEITURA DO EXPEDIENTE:**-----

-----O Senhor Presidente da Mesa em exercício deu conhecimento do expediente recebido no período que medeia entre a última sessão desta Assembleia e a presente, com o registo número cento e nove a cento e vinte, cujo mapa-resumo foi distribuído a todos os presentes, o qual poderá ser consultado pelos Membros que assim o pretendam fazer.-----

-----Seguidamente, depois de feitas as inscrições para as intervenções do período de antes da ordem do dia, intervieram os senhores Deputados:-----  
(Artigo 86.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro).

-----**Deputado Orlando Mesquita:** Esta minha intervenção é baseada de certa forma num certo protesto que aqui gostaria de focar, porque ainda na última Assembleia Municipal fui apontado como tendo *vistas curtas* por causa de um troço que foi aberto a umas dezenas de quilómetros daqui e, depois, há coisa de um mês e pouco, nós somos bafejados, inundados por toda a comunicação social, com uma notícia de que muito me orgulho dela ao saber da concessão de exploração e do contrato que está em vias de ser assinado para o arranque da exploração mineira que irá ser nada mais, nada menos, por 60 anos, aqui em Moncorvo. Trata-se tão só e simplesmente do maior investimento estrangeiro alguma vez efectuado em Portugal, e nós somos bafejados exactamente por ele. Qual é o meu espanto, depois de saber essa notícia, vi dezenas de posições de Moncorvenses nas redes sociais, por telefone, até pelas próprias rádios e televisões, manifestarem a sua satisfação e alegria com essa notícia, e não é que a única pessoa que não mostrou nenhuma satisfação (que acaba de entrar na sala) foi o senhor Presidente da Câmara, e presumo que seja também essa a posição do Executivo.-----  
-----Eu sei que estava um pouco mais de seis milhões prestes a vir por causa das eólicas e que esse dinheiro não entrará por causa desta exploração mineira, mas penso que não ficaria



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nada mal a este Executivo tomar uma posição de alegria, e essas *vistas curtas* com que eu fui aqui bafejado, atribuí-las também neste caso ao Executivo, porque trata-se de uma concessão para setenta anos, incluindo centenas de postos de trabalho que poderão ser criados directos e indirectos e, portanto, com todas as vantagens que esse mesmo contrato vai trazer para o nosso concelho e para a nossa terra, e qual não é o meu espanto ao ver uma posição bastante negativa por parte deste Executivo. -----

-----Se é só por causa desse dinheiro das eólicas, temos que pensar no que será o futuro que será sonogado a duas gerações de Moncorvenses com este contrato. Obrigado. -----

-----**Deputado Carlos d'Abreu:** Então, vamos passar em revista alguns aspectos relacionados aqui com o nosso concelho nestes últimos tempos. Por exemplo, gostaria de me congratular com a Comissão de Utentes da Urgência Hospitalar, que fez entrar na Assembleia da República, uma petição tanto quanto vi e li na comunicação social, com mais de quatro mil assinaturas. Acho que nos temos de congratular com isto. Espero que a Câmara Municipal já o tenha feito e acho que esta Assembleia Municipal também podia muito bem, enfim... dentro das suas competências, tentar reforçar esse pedido que entrou na Comissão de Saúde ou vai entrar na Assembleia da República. -----

-----Por outro lado, queria perguntar ao Executivo, considerando que nós aqui há uns dois anos suspendemos o PDM para dar possibilidades a que um grupo de investidores construíssem um hotel nas Cabanas, como é que está isso? Eu tenho o direito de saber. Se eu participei aqui numa proposta da Câmara Municipal para que suspendêssemos o PDM, enfim... como é que está o projecto ou será que não tenho? Bom, se não tenho, digam-me, é a actividade municipal, é a actividade do concelho. -----

-----Por outro lado, também quero lamentar que o Presidente da Câmara, que devia ser o primeiro defensor do projecto mineiro, afinal é o primeiro detractor. Quer dizer, não consigo perceber como é que um Presidente da Câmara, que deve estar para defender os interesses do concelho, revela agora que afinal de contas não está com o concelho, está com os barragistas, com os edipistas, e outros chupistas e colonialistas, porque foi com esses que o senhor sempre esteve, não é? Revela-se agora na sua totalidade. -----

-----Por outro lado, quero aqui chamar a atenção para esta Assembleia relativamente ao projecto do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor e ao que toca directamente ao património cultural que aí está a ser levantado, estudado e registado para ser destruído em seguida. Só que essa destruição, enfim... pode tentar minimizar-se. Por exemplo, tenho conhecimento que umas rochas gravadas e com gravuras de grande qualidade, porque tive oportunidade de ver as fotografias aquando da sua descoberta, neste momento já foram sepultadas por escombrelas resultantes das obras da própria barragem. Eu agora pergunto, aquando da questão do Côa, os barragistas propunham e chegaram inclusive a contactar uma empresa australiana para vir demonstrar em como as rochas que continham gravuras, facilmente se cortavam para se trasladarem para o Museu. E, então, agora neste caso, que é irreversível pelos vistos a conclusão das obras da barragem, porque é que não se vai buscar esse exemplo? Era agora a oportunidade de nós, então, irmos serrar essas rochas já que não é possível salvá-las e transportá-las para o Museu. Se não cabem, enfim... no Museu que temos, construa-se outro, ofereçam-se a outro Museu, temos ali o Museu Arqueológico do Côa que é um Museu Nacional e classificado pela UNESCO, o Museu ou o espaço que ele representa. Portanto, isto é um assunto muito sério. Quer dizer, eu acho que o património arqueológico que ali está a ser levantado tem que ser, enfim... acautelado devidamente, e esta circunstância que ainda não foi revelada nem, digamos, que denunciada por ninguém, temos



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

agora oportunidade de o fazer. É evidente que não ponho em causa a competência da equipa que está no terreno. Não ponho. Agora, no caso concreto destas rochas com gravuras elas deviam ter sido serradas e transferidas para outro sítio. Portanto, chamo aqui a atenção para esse aspecto, porque nós só temos a ganhar com isso em ter um Museu com essas rochas e sobretudo aqui ao lado do Parque Arqueológico do Vale do Côa. -----

-----Por outro lado, quero lamentar, neste caso foi o Vereador José Aires, quando aqui nos trouxe a notícia de que ia recuperar a antiga estação ferroviária da Vila, eu questionei se essa recuperação teria a ver também com a comemoração do centenário da chegada do comboio a Torre de Moncorvo, e o senhor disse-me que sim. Quer dizer, e afinal de contas o senhor não fez nada nem a Câmara Municipal, para lembrar que o comboio com muita dificuldade depois de dezenas de anos de luta das populações de toda esta região chegou a Moncorvo em 17 de Setembro de 1911, não é? E lamento ainda mais, quando acabei por descobrir que afinal de contas foi preciso vir uma Associação destas dos comboios e dos caminhos-de-ferro de Valongo para, enfim... minimamente. Eu não fui a Carviçais, mas pelo que eles divulgaram no seu portal, fizeram até uma exposição comemorativa do centenário. Quer dizer, é lamentável que o meu concelho que teve os principais protagonistas nessa luta pela defesa da construção da ponte do Pocinho e da construção do caminho-de-ferro do Sabor, ou do Pocinho a Miranda do Douro (Duas Igrejas), que não se tenha lembrado. Bom, e é isso. Quero informar-vos que foi uma Associação de Valongo que veio a Carviçais fazer uma exposição para comemorar o centenário da chegada do comboio a Torre de Moncorvo. Bem, eu bem sei que este Executivo não tem simpatias pelo caminho-de-ferro convencional, eu bem sei disso, nós já sabemos disso há muito tempo, porque se não ter-se-ia oposto ao levantamento da via, não é? Este Executivo, enfim... faz o jogo da gente do litoral e da gente do poder, quer é ganhar dinheiro com grandes projectos, com betões, alcatrões e TGV's, etc., etc., etc. -----

-----Depois, queria ainda perguntar sobre o Museu de Arte Sacra. Quer dizer, andam-nos aqui a dizer já há um monte de tempo que vamos ter um Museu, enfim... Eu questionei várias vezes onde é que era, depois disseram onde é que era, as peças que estava tudo pronto, seleccionado e tal, mas eu continuo a não saber de Museu de Arte Sacra nenhum. Acho que temos o direito também de saber isso. Quando a Mesa quiser que eu me cale faça favor de dizer ... **(ouvem-se vozes e risos)**. -----

-----Por outro lado, gostaria também de saber como é que está a execução do arranjo da requalificação do Castelo. Há um ano atrás, enfim... nos documentos que nos foram aqui apresentados foi-nos dito que havia financiamento e tudo isso. Quer dizer, ainda não vi obra nenhuma, enfim... deve haver alguma explicação para isso também, portanto, espero que no-la dêem. -----

-----Bom, e se já passei o meu tempo, calo-me. Pronto. Obrigado. -----

-----**Deputada Altina Pinto:** A questão que eu queria colocar era sobre o protocolo que foi assinado com a Santa Casa da Misericórdia aquando do fecho das Urgências. Queria saber se o Executivo tem números dos utentes que recorreram à Unidade e se realmente se justifica o protocolo ainda em vigência. É que são 1.500,00€/mensais que a Câmara paga à Santa Casa da Misericórdia. É tudo. -----

-----Não se tendo registado mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício, deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**PONTO UM – APRECIACÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL – INFORMAÇÃO  
ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA.**

-----Foi presente o relatório do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do Município, bem como da respectiva situação financeira. -----

-----Abertas as inscrições, usaram da palavra: -----

-----**Deputado Carlos d'Abreu:** Bom, como o nosso amigo e conterrâneo António Salema sabe, que neste momento é o Presidente da Mesa, aqui nunca foi pacífico, enfim... distinguirmos entre actividade municipal e antes da ordem do dia. Isso foi sempre um problema que nunca ficou esclarecido e eu já cá ando há uns anos como sabeis, não é? Parece que estamos de acordo, pelo menos os que têm mais experiência nestas lides. -----

-----Então, entremos no relatório assim muito brevemente e, por exemplo, reparo que o Executivo nos informa que aguarda aprovação de uma candidatura para eficiência energética para investir na redução da factura de iluminação pública. Ainda bem. Quer dizer, já não era sem tempo, porque o que tem havido até agora é despesismo puro, e é despesismo puro para encher os bolsos aos tais colonialistas da EDP que vêm para cá produzir energia, mas que depois nos fazem pagar a energia mais cara do País, vêm para cá facturar milhões, mas depois não deixam nada e essa riqueza é produzida aqui e foge rapidamente para Lisboa e para o litoral, porque os senhores nem sequer pagam aqui a derrama, porque os senhores nem sequer pagam aqui os impostos dos seus lucros, não é? E era isso que o senhor devia defender há muitos anos, não era defender os seus amigos. Por isso, acho muito bem, porque Torre de Moncorvo visto de longe parece uma cidade, a cidade do ano três mil, não é? Pronto. É tempo de começar a reduzir, só espero é que não se lembre de vir a apagar os candeeiros de iluminação pública das freguesias rurais, como aconteceu antes da discussão do Côa. -----

-----Por outro lado, lembra-se aqui uma deslocação do Executivo Municipal às obras da Barragem do Baixo Sabor, tendo participado também o Deputado Paulo Alves. Por um lado, eu lamento que a Câmara Municipal não tivesse tornado extensível esse convite ... *(a partir deste momento, por falha ocorrida na gravação, não permite ouvir o que foi dito pelo senhor Deputado Carlos d'Abreu)*. -----

-----**Senhor Presidente da Câmara:** ... *(mantendo-se a falha ocorrida na gravação, não permite ouvir o que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara, no início da sua intervenção, durante alguns minutos)*. ---

-----A tal MTI – Ferro de Moncorvo, SA, no início do ano, requereu a celebração de contrato de concessão de exploração, e o que é que acontece, sem concurso nenhum, no *Diário da República*, em 5 de Janeiro, sai um aviso a dizer que a firma X requereu Y... Convidam-se todos os interessados a apresentar reclamações, por escrito e devidamente fundamentadas, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso. Ou seja, é como no faroeste, quem chega lá primeiro requer, e a seguir faz-se um anúncio como antigamente nos casamentos – se alguém se opõe fale agora ou cale-se para sempre. Eu duvido que isto esteja conforme as directivas comunitárias, não salvaguarda nem transparência, nem a livre concorrência que a União Europeia impõe. -----

-----Agora, que fique claro aquilo que foi negociado e que foi uma dupla vitória, em 2008, primeiro, porque seria o maior parque eólico de Trás-os-Montes e Alto Douro pelo menos nos próximos anos e, segundo, porque foi o único concurso de todos realizados, que previu como



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

critério de selecção, contrapartidas. O único. A forma de escolha era 70% o desconto em tarifa e 30% para as contrapartidas. Todos os outros concursos só contavam o desconto em tarifa. A renda de 2,5% seria durante 20 anos, podendo ser prorrogado, e seria a partir de 2012. Como é sabido, no fim deste mandato, por força legal vou retirar-me, portanto, essa receita que se prolongaria por mais pelo menos 18 anos, não era com certeza comigo na Câmara, portanto, não estava a trabalhar para mim, estava a trabalhar para o concelho. As contrapartidas não era dinheiro para a Câmara, era para fazer investimentos, o Parque de Campismo, o Pólo de Formação Profissional e a participação no Centro de Artes e Eventos. Portanto, aquilo que o concelho ficou foi sem um Parque de Campismo, porque agora não há dinheiro; foi sem um Pólo de Formação Profissional, porque agora não há dinheiro; e foi o Centro de Artes e Eventos que é um projecto da autoria do Arquitecto Souto Moura, porque agora não há dinheiro. Se os senhores estão contentes com isto, não estão com certeza interessados no desenvolvimento do concelho. Agora, quem quer embarcar na primeira coisa que vem nos jornais que o faça, acho também que já andamos todos aqui há tempo suficiente para não deitar foguetes antes da festa, porque este Distrito já foi palco de muitos foguetes sem festa, e lembro-vos a grande fábrica *Grunig* que ia fixar-se em Bragança e que fundamentalmente constou da deposição de lixo tóxico nos terrenos da *Grunig*; lembro-vos a grande fábrica de gangas em Miranda do Douro e que fundamentalmente tinha por objectivo conseguir a cidadania portuguesa para uns quantos senhores de Macau; e lembro-vos mais recentemente aqui bem ao lado, dois anos de foguetes, tantos anúncios, uma obra impressionante – o resultado impressionante foi a Câmara Municipal de Alfândega da Fé em falência financeira. Portanto, se os senhores querem ser irresponsáveis e deitar foguetes, a pessoa do café, a pessoa na esquina da rua que não sabe eu ainda compreendo, quem tem responsabilidade que foi eleito para isso eu não compreendo que fale sem perguntar o que é que há e sem analisar as coisas. É tão fácil, se estão tão interessados, vem nos jornais, e quando se lêem os jornais basta ler isto, como é que é possível no fim de Outubro anunciar-se a empresa Rio Tinto, cuja administração não confirma, cuja administração não diz nada e, depois, no dia 2 de Novembro é assinado novo contrato para prospectar o ferro de Moncorvo, e com quem? Com a CPF (Companhia Portuguesa do Ferro), que são umas pessoas muito simpáticas e estimáveis, uma empresa com sede em Vinhais. Qual Rio Tinto? Mas isto vem no jornal. Se alguém realmente está interessado basta ler e perguntamos o que é que há aqui. Então, anunciam a Rio Tinto e agora assinam contrato com a CPF (Companhia Portuguesa do Ferro)? Mas que coisa é esta? O anúncio da concessão de exploração, em Janeiro deste ano, vem no *Diário da República*, basta ler, e atendendo que o estudo e prospecção foi atribuída em 2008, onde é que está o Estudo de Impacte Ambiental? Onde é que está o projecto? Ainda não apresentaram nada em Janeiro de 2011, já estão a querer a exploração? Qual é a lógica disto. Isto não acende uma luzinha a ninguém? Bom. A questão exactamente da eólica e do ferro é que não são incompatíveis (eu deixaria essa parte se depois me autorizarem a mostrar a apresentação que fiz em Bragança), é que houve um oportunismo da firma MTI que pura e simplesmente pretendia ganhar dinheiro com uma licença administrativa que lhe foi atribuída sem qualquer concurso. Segundo me disse o consórcio da eólica, eles queriam quatro milhões, basicamente, vocês dão menos à Câmara e dão-nos mais a nós. Isto pode dar-se muitos nomes inclusive o assalto à mão desarmada. Se isto não é vigarice eu não sei o que é. E, por via das pressões desta firma e dos tais direitos de concessão de exploração do ferro, a Direcção-Geral de Energia e Geologia obrigou o Consórcio da eólica a apresentar um projecto alternativo, que esteve o ano passado em inquérito público dentro do processo de Avaliação de





## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Impacte Ambiental, projecto alternativo esse que o consórcio me disse claramente, não interessa, não é rentável, nós fizemos fomos obrigados a isso, mas se a opção for essa nós desistimos. Foi o que aconteceu em 2011, acabaram por desistir. É, assim, a história infeliz daquilo que poderia ter sido a grande alavanca e que resulta também exactamente da construção da barragem, porque sem a construção da barragem não teria havido este concurso da eólica e teria sido a grande alavanca do concelho, porque neste momento podíamos ter o Parque de Campismo em construção, podíamos ter o Pólo Profissional em construção, e podíamos ter o Centro de Artes e Eventos em construção. Agora, não é de maneira nenhuma incompatível, porque o projecto mineiro é de 70 anos, o projecto da eólica é de 20 anos. A jazida em causa onde estariam os 8 aerogeradores é uma jazida que nunca foi explorada e que nunca será explorada nos primeiros 50 anos. Portanto, tudo isto foi meramente uma tentativa de sacar dinheiro em torno dos direitos que são concedidos sem qualquer concurso público. Isto está mal. Aliás, o Executivo, o ano passado, quando tomou posição e tomou por unanimidade, a dizer que não vê incompatibilidade nenhuma entre o projecto eólico e o projecto mineiro, não adiantou. Isto depois há aqui muitos interesses em jogo, há muita gente a mexer. Agora, acho que assiste o direito ao Município, através da via judicial, de ser ressarcido e pôr em causa a forma como o processo decorreu. Isto não é estar contra o ferro, porque foi connosco no Município que uma Câmara esteve sempre de costas voltadas para as Minas, sempre, eu relembro que em 1982, a primeira vez que eu liderei a lista, o meu adversário que até era engenheiro de minas e director técnico de uma mina, se manifestava contra a Ferrominas, embora em duas coisas ele tinha razão e uma é a questão da sede social – a Ferrominas, E.P. cujo único motivo de existência era o ferro de Moncorvo tinha sede em Lisboa. Bom, esta MTI é MTI – Ferro de Moncorvo, SA, com sede em Bragança. Estes senhores da CPF pelo menos têm uma coisa simpática, têm sede em Vinhais, mas já têm instalações em Moncorvo com o contrato recentemente assinado, pelo menos têm alguma seriedade. Os da MTI têm o contrato desde 2008, nunca ninguém os viu aqui a fazer coisíssima nenhuma. Agora, recorde-se que foi connosco que se criou o slogan “Torre de Moncorvo – onde o Ferro é a Alma da Terra”. Fomos nós que criamos um cartaz com este slogan. As camisolas desportivas que o Município patrocina têm a nomenclatura de “Terra do Ferro”. Fizemos sempre do ferro o ex-líbris do concelho, portanto, não venham com demagogias baratas a dizer que eu estou ou que nós estamos contra o ferro. Não, não estamos, queremos é seriedade e não podemos aceitar é que possa vir acontecer levantar um recurso que não é renovável, porque, por exemplo, o Cabeço da Mua ao fim de 50 anos de exploração desaparece, passa a ser uma planície, enquanto o rio continua a correr e o vento também. O que nós não podemos aceitar é que venha a ser extraído um recurso não renovável sem qualquer vantagem para o concelho, porque o que pode acontecer é que daqui a 50 ou 70 anos, os que vivam em Moncorvo nessa altura, quando desaparecer o Cabeço da Mua, quando não houver minério, então, nós gostamos tanto de história e não estudamos e não sabemos o que aconteceu em tantos locais por aí fora nesse mundo onde houve a extracção de minério? Acabada a extracção de minério foi a depressão económica e social absoluta nessas localidades. Se isso acontecesse, o minério extraído e sem qualquer vantagem para o concelho, e quando perguntarem como é que deixaram extrair o ferro, alguém se sentia confortável por ser responsável por essa irresponsabilidade? Eu não. -----  
-----Bom, de resto eu também fiquei surpreendido por se teoricamente defender o comboio, mas ser contra o TGV que é a forma mais moderna de comboio. Quer dizer, só queremos comboios históricos. A prova provada que no período antes da ordem do dia pelos vistos só



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

interessa falar da Câmara, é que aqui fala-se no centenário do caminho-de-ferro, não é o centenário do Sabor, a ponte rodoferroviária fez 100 anos há 2 anos atrás, nem é o centenário da linha, porque a linha chegar a Duas Igrejas há que fazer, portanto, é o centenário ter chegado a Moncorvo e acha que nos devemos congratular. No entanto, na modernidade chegou ao concelho o IP2 e o IC5 e esta Assembleia Municipal recusou congratular-se. OK! Um dia alguém me há-de explicar a lógica disto, mas vai ser muito difícil e eu não me considero burro de todo. -----

-----Esta questão da iluminação é de ignorante, mistura a iluminação pública com o Côa. Isto é absolutamente delirante, porque a iluminação pública nas freguesias rurais sempre esteve suspensa até 1997 das 01h00 às 05h30 (e aquele que fala nisto nem sequer está a ouvir o que eu estou a dizer, está muito preocupado). Aliás, eu nesse ano nem sequer estava em funções no Executivo, foi nesse ano que a Câmara deliberou ficar toda a noite, em 1997. Não teve nada a ver com o Côa nem nada disso. -----

-----Bom, vocês podem não saber quem é o António Neto. O senhor António Neto é casado na Cardanha, é da Editora. Eu tenho a certeza que ele não disse o que aqui disseram que ele disse, porque ele sabe que eu não lhe disse isso. O que eu critiquei é ao contrário do que aqui foi dito – a pouca atenção dada ao concelho – foi exactamente a crítica que eu fiz. Não foi – tem pouco interesse para o concelho. No livro, Pedro Castelhana é o pseudónimo de Rogério Rodrigues, natural de Peredo dos Castelhanos, tem lá muitas referências do concelho, esta então é de cabo da esquadra, Pedro Castelhana em branco ... (**ouvem-se vozes**), ele é o pseudónimo já conhecido há muito tempo de Rogério Rodrigues. -----

-----Então, se o Presidente da Mesa me dá licença. -----

-----**O Presidente da Mesa** usou da palavra e disse: Penso que com esta exposição vamos ficar melhor esclarecidos sobre a posição do senhor Presidente da Câmara, para depois debatermos num segundo período de intervenções estes assuntos todos. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** continuou a sua intervenção com a apresentação de diapositivos em PowerPoint. -----

-----**O Presidente da Mesa** usou da palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Esperemos que todos ficassem melhor esclarecidos. -----

-----**Vereador Eng.º José Aires:** É só para responder a duas questões. Uma, a estrada que liga Ligares às Olgas, portanto, é uma estrada que liga com o concelho de Freixo de Espada à Cinta, é um troço que tem algumas pequenas deficiências que os serviços da Câmara a seu tempo irão suprir. -----

-----Quanto ao AECT Duero-Douro, do qual o Município faz parte e algumas Juntas de Freguesia também, existe um projecto chamado *Self-Prevention* que tem a ver com a reintrodução de gado caprino na fronteira, e todos os associados que queiram ser parceiros do projecto poderão entrar através do investimento do capital e ou terrenos no projecto. -----

-----No caso do Município entendemos que neste momento não estão reunidas as condições, temos alguns terrenos na área do perímetro florestal do Reboredo, mas também como existem plantas ainda muito novas, portanto, tornam o projecto inviável. No futuro, poderá o Município daqui a alguns anos quando as árvores tiverem algum porte, poder integrar este projecto caso ele ainda exista nessa altura, mas de momento o Município de Moncorvo não tem interesse em participar neste projecto, apesar de considerar que é um projecto positivo e interessante para a região. -----



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

----- **2.º Período de inscrições:** -----

-----**Deputado Orlando Mesquita:** Senhor Presidente, como sempre ouço-o com muita atenção, mas permita-me discordar de algumas coisas que o senhor Presidente aqui apontou, agradecendo a exposição que fez. Em primeiro lugar, não concordo com o senhor Presidente quando realçou aqui que a compensação é zero. De facto, não vão cair aqui alguns milhões de euros directamente, mas também teremos de pensar nas compensações indirectas, presume-se aqui uma criação de umas centenas de postos de trabalho com a exploração mineira que trará sempre compensações para o Município, além de serviços criados, além do aumento de população, como todos sabemos todas as compensações directas e indirectas que aí advêm. Além disso, sabemos também que a CPF é uma subconcessionária, e como disse muito bem, que já estão instalados em Moncorvo. -----

-----Outra coisa com que eu não concordo é que o dinheiro é zero como o senhor disse, e pelos vistos assim é infelizmente, e por essas razões não são construídos o Centro de Artes e Eventos, não é construído o Parque de Campismo. Mas, eu recordo ao senhor Presidente que essa é uma bandeira eleitoral muito anterior às energias eólicas estarem previstas aqui para Moncorvo, portanto, não foram construídos porque na altura em que havia algum dinheiro que se podiam construir nada se fez. É uma bandeira que o Partido Socialista durante muito tempo argumentou e que nunca o fez, portanto, não vamos agora dizer que é por causa da suspensão do parque eólico que não se construíram, porque isso faz-me lembrar que se está a contar com o ovo em certo sítio da galinha que agora não digo, mas isto é uma bandeira que há muitos, muitos anos é apresentada pelo Partido Socialista que nunca a cumpriu e agora é uma salvação para se escaparem ao que vocês prometeram aos Moncorvenses. -----

-----Outra coisa que me deixa um bocadinho alterado é que volta novamente a falar aqui que esta Assembleia se recusou a congratular-se com o IP2. Mas, afinal, ainda é preciso voltar a falar do mesmo e voltar a dizer que isso não corresponde à verdade senhor Presidente? Temos que repetir novamente o que foi dito e temos que reler o que está nas actas? Esta Assembleia congratula-se sempre com tudo quanto possa beneficiar o Município, sabemos bem que as vias de comunicação são estruturantes e são necessárias para o nosso desenvolvimento. Como é que nós não nos havemos de congratular. A posição que eu tomei foi pessoal, nem foi partidária, por dizer que não concordava apoiar-se um troço de meia dúzia de quilómetros em *cascos de rolha* que o senhor achou piada, e volto a repetir, congratulo-me sim quando essa mesma via estiver aqui na nossa terra, congratulo-me e congratular-me-ei sempre. Gostava que isso de uma vez por todas ficasse esclarecido, porque parece que estão a usar esse pequeno ponto que eu já estou farto de explicar e que não é como vocês estão a dar interpretação. -----

-----Quanto ao Estudo de Impacte Ambiental, segundo também li e às vezes também leio jornais, não é só o senhor Presidente, como sabe a exploração mineira só será efectiva dentro de cerca de 7 anos, e é nesse mesmo período que esse mesmo estudo será efectuado, e além de todas e mais algumas condições que advêm de uma grande estrutura como isto é, essa é uma delas que também irá permitir uma maior delonga nessa mesma exploração. É tudo. Obrigado. -----

-----**Deputado Carlos d'Abreu:** Diz o Presidente da Câmara que a exploração mineira não é um recurso renovável. Bem, toda a gente sabe que, enfim... qualquer filão depois de esgotar deixa de ser filão, deixa de haver minério, mas que o vento e a água, sim, são. Pois é, só que as barragens a que o senhor se refere, porque são mega-barragens, essas não pertencem a esse grupo dos recursos renováveis. No passado falou-se já muito dessa questão aqui e já



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

esclareci porque houve aqui moções, houve aqui discussões, houve aqui propostas, quais são os impactos dessas barragens mesmo após a sua desmantelamento, porque nada volta a ser como dantes, porque o rio entretanto foi destruído, porque as margens foram destruídas, os leitos de cheias foram destruídos, a vegetação foi destruída, etc., etc. O senhor tem a mania das grandezas, isso, nós já sabemos há muito tempo, é sempre o maior parque eólico, é o maior isto, é o maior aquilo, o senhor só gosta de ser o maior, o maior com aquilo que é dos outros, não é? O concelho desenvolve-se com postos de trabalho, não é com mais betão ou alcatrão, e as minas apesar de considerar que não é um recurso renovável, elas são exploradas, com opções naturalmente, há mais de dois mil anos, porque ainda antes da colonização romana já os nossos antepassados exploravam aquele ferro que ali está, aquelas hematites e fundiam-nas, porque nós temos vestígios, por exemplo, o Castro da Cigadonha, vestígios da metalurgia do ferro anterior à romanização, portanto, está a ver, passaram-se mais de dois mil anos e o recurso continua lá, quer dizer, que ainda tem muito para dar. Aliás, sempre ouvi dizer, sem ser dessas áreas, que nós temos o maior jazigo mineiro de ferro (hematite) da Europa. -----

-----Pois, eu não posso congratular-me com um troço de via rápida que é aberto entre Celorico-Chafariz do Vento, porque senão o senhor vai dizer que isso não é assunto do concelho, o senhor, a Mesa, ou alguém, não é? Pois, porque isso está lá muito longe como eu disse na altura. Eu tenho que me preocupar é com a ligação do meu concelho a essa via rápida e, agora, aproveito para lhe perguntar onde é que está o projecto para a travessia do Douro aqui no nosso concelho. Pois, nós congratulamo-nos com as vias de acesso. Agora, volto a repetir, não é o betão nem o alcatrão que trazem desenvolvimento a esta região, e nem as obras públicas, porque o senhor sabe muito bem como eu, que aquele emprego que o senhor defendia que essas obras públicas iam trazer não passou de miragem. Aliás, para qualquer indivíduo já com alguns anos de idade e que tenha visto construir outras barragens aqui na região e no nosso concelho em concreto, ou a barragem ou a albufeira, sabem muito bem que isso tudo é uma trampa, porque o nosso concelho tem aquele desemprego que o senhor deve saber, desemprego, e todo o distrito, e o índice de desemprego não é maior porque as pessoas, enfim... emigram, atravessam a raia e vão para o outro lado de lá a trabalhar, porque senão o que seria. Naturalmente que isso não é problema para o senhor nem para os seus apaniguados ou para os seus patrões, porque o que os senhores querem é que a nossa região se despovoe, a nossa, não a sua, porque se o senhor pertencesse a ela não pensava assim. O que os senhores querem é que esta região se despovoe sabe para quê? Para a transformar numa coutada de caça para os seus amigos do litoral, para a transformar em barragens para produzir energia eléctrica para o litoral, é isso que os senhores defendem. O senhor em concreto. -----

-----O TGV. Pois, o TGV, eu não defendo TGV's, sabe porquê? Porque eu sou raiano. Porque eu vivo no nordeste português, e o TGV, esse trem de grande velocidade, não defende a raia, porque não é preciso ser-se especialista em transportes para perceber que esse é um comboio importante para ligar grandes regiões, grandes cidades, grandes aglomerados populacionais distantes entre si, e esse comboio não pode parar em todo o lado, portanto, não serve a raia. Nós queremos, é defender o comboio convencional, esse transporte ferroviário convencional, isso contenta o povo, onde eu possa circular sem ter que usar o meu automóvel. É esse que eu gostaria que o senhor defendesse também, daí a lembrança de se dever comemorar para respeitar os nossos antepassados, o centenário da chegada do comboio. -----



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

-----**O Presidente da Mesa** usou da palavra e disse: Senhor deputado, tenho de o prevenir que já esgotou o seu tempo... peço-lhe que caminhe para o fim. -----

-----O mesmo **Deputado Municipal** continuou a sua intervenção: Olhe, já agora fale em concursos públicos, preocupa-se tanto com isso, por acaso houve concurso público para o tal projecto do Centro de Artes e Eventos? Pergunto eu, é que Souto Moura é um nome que me liga ao Porto, o Presidente da Câmara é do Porto, quer dizer, as negociatas com o Porto, com a gente do Porto, são sempre suspeitas, não é? Eu tenho o direito de suspeitar, ou não tenho. -

-----**O Presidente da Mesa** usou da palavra e disse: Tem o direito de falar correctamente, mas senhor deputado cumpra-se o Regimento. Portanto, o senhor no período inicial dispõe de 10 minutos e um segundo período de intervenções disporá de 5 minutos, já vai em 7 minutos que o senhor está a falar, tenho de lhe cortar o uso da palavra. -----

-----O mesmo **Deputado Municipal** continuou a sua intervenção: Ora, preocupe-se então com o projecto para a travessia do Douro e eu aplaudirei, não se preocupe com auto-estradas porque essas provocam o efeito túnel e é para que os de fora atravessem mais rapidamente a nossa região sem sequer a poderem ver. -----

-----Iluminação nocturna da via pública nas aldeias, porque eu sou aldeão, sou das freguesias rurais. Sim, essa foi uma conquista após Côa, porque antes da batalha do Côa nós não tínhamos iluminação pública nas aldeias do concelho de Moncorvo a partir de determinada hora da noite. Eu verifiquei numa conferência no Porto esse facto, então, nós produzimos a energia e nem sequer temos direito a iluminação pública? Olhe, e já agora volto a chamar a atenção, e já há dezenas de anos que andamos com isso, que era tempo de o senhor se preocupar em recuperar as calçadas tradicionais em vez de as andar a substituir por asfalto ou betuminoso ou lá como lhe chamais agora. -----

-----**O Presidente da Mesa** usou da palavra e disse: Eu penso que em democracia há sempre tolerância, temos todos de nos capacitar que não devemos abusar e depois há mal entendidos. Portanto, eu espero que o senhor deputado Carlos d'Abreu de futuro cumpra o Regimento, porque é muito useiro e vezeiro nestas coisas. Acho que tem tempo nos 5 minutos de que dispõe para explicar convenientemente as suas ideias. -----

-----**Senhor Presidente da Câmara:** Confesso que estou triste, eu acho que qualquer bom Governo precisa de uma boa oposição, e o que aqui vejo é realmente muito triste, talvez por faltar aqui o líder municipal, o primeiro Vereador do PSD, realmente os dois senhores que têm ocupado aqui as palavras deram uma amostra muito triste do que será o PSD em Moncorvo, que eu quero acreditar que será melhor do que hoje aqui foi visto. -----

-----Bem, mas porque eu acho que nem valia a pena estar a perder tempo a falar do que os senhores falaram, quer dizer, os senhores falam de centenas de postos de trabalho nas minas, neste momento, está mais de um milhar de postos de trabalho na barragem, aliás, os senhores sabem que a filha do senhor Carlos Machado também lá está a trabalhar na barragem, são mais de mil postos de trabalho, e dizem, afinal as minas é muito importante porque vai ter 400 postos de trabalho. Bom, é óbvio que isto aqui já não é importante a questão, ainda há pouco o senhor Carlos Machado falava na questão da EDP, agora ignora-se que em termos de impostos, etc., com uma sede em Bragança que tanto faz ser em Bragança como em Vinhais, em termos de impostos o Município não lucra nada com isso, o lucro é zero, aí já deixou de ser importante. Bom, mas pelo menos já dizem daqui a 7 anos. Bem, o que os senhores andaram a dizer a seguir à notícia da televisão é que eu era contra as minas, que era uma coisa que daqui a 3 / 4 anos estava aqui, os senhores andaram a mentir e não é bonito, e também o



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

senhor mentiu aqui, não lhe fica bem dizer que é uma bandeira eleitoral há muitos anos e não é verdade, porque só foi bandeira eleitoral em 2009, e sabe como é facilmente demonstrável, sabe? Basta ir ao projecto e ver a data. A data do projecto é de 2008. Portanto, como é que podia ser uma bandeira eleitoral antes disso um projecto... **(ouvem-se vozes)**. Eu não quero acreditar que o PSD de Moncorvo seja isto, o senhor está a dar mau aspecto, eu quero que os senhores dêem melhor aspecto, porque eu nunca interrompi ninguém quando está a falar porque é uma falta de educação ... **(ouvem-se vozes)**. -----

-----**O Presidente da Mesa** usou da palavra e disse: Senhor deputado Orlando Mesquita, eu penso que poderá defender a sua honra depois no final. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** continuou a sua intervenção: O projecto do Centro de Artes e Eventos foi concluído em 2010, foi bandeira eleitoral em 2009 ainda nem sequer havia projecto, foi a primeira vez que foi bandeira eleitoral, porque o projecto anterior não tinha nada a ver com o Centro de Artes e Eventos, era meramente um Pavilhão Multiusos, nunca chegou a haver projecto e nunca foi bandeira eleitoral. O Pólo de Formação Profissional o projecto também é de 2008 e, portanto, nunca foi bandeira eleitoral antes, até porque antes houve um pequeno edifício projectado para o Amarelo quando o terreno ainda era do Instituto do Emprego e Formação Profissional, ou seja, no século passado. Portanto, a primeira vez que foi bandeira eleitoral foi em 2009, porque estava alicerçado em contrapartidas asseguradas por um concurso público de energia eólica e que teve o seu término em 8 de Outubro de 2008. -----

-----Agora, e para terminar, a história do IP2 e do IC5 se se lembram teve dois episódios, só estão a lembrar aquele que interessa, dizer que está lá em *cascos de rolha*, é que realmente diz que já está farto de explicar, é que ninguém consegue explicar o inexplicável. É que todos nós sabemos que hoje é muito mais cómodo ir a Macedo de Cavaleiros, hoje é muito mais cómodo ir a Celorico, a Trancoso, a Viseu ou à Guarda, portanto, querer explicar que não interessa porque não é no concelho, é explicar o inexplicável e, portanto, por aí não conseguem. -----

-----Quanto àquele senhor que vem com as coisas do costume, ele diz-se aldeão, é só pena nas aldeias dele ninguém o quer, porque na Lousa correram-no, em Maçores candidatou-se à Junta de Freguesia e foi a maior vitória do Partido Socialista. É um aldeão em aldeias que não o querem. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** Em cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório do Sr. Presidente da Câmara sobre a actividade do Município e relatório financeiro. -----

---

**PONTO DOIS — PROPOSTA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2012 E MAPA DE PESSOAL PARA 2012.** -----

---

-----Foi presente o assunto supra, o qual foi aprovado em reunião camarária realizada no dia 02 de Dezembro de 2011. -----

-----Abertas as inscrições, usaram da palavra: -----

-----**Deputado Nuno Costa:** Como diz o senhor Presidente da Mesa, em alguns momentos é preciso alguma serenidade para discutir certos assuntos, e este assunto das grandes opções do plano e orçamento deixa-nos alguma preocupação. Em relação ao orçamento apresentado aqui há um ano atrás há uma diferença de cerca de 3,5 milhões de euros. Houve uma redução muito significativa em despesas com o pessoal em horas extraordinárias, aquilo que nós já



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

tínhamos falado, este grupo parlamentar, eu próprio falei em relação a essas questões, e o que me preocupa é em termos de encargos aos bancos, estamos a falar de 1,8 milhões de euros. Bem, se porventura no passado não se tivessem cometido alguns erros não precisávamos das eólicas para fazer o Centro de Artes e Eventos, por exemplo, com 1,8 milhões de euros podia ser feito. Também concordo com o deputado Carlos d'Abreu quando diz que não houve concurso para o arquitecto Souto Moura fazer o projecto. Não houve, porque se fosse a Câmara tinha que fazer o concurso público, como foi a ACIM não é preciso concurso público, o particular contrata quem quiser. Essa é uma das coisas que eu queria aqui salientar. Concordo consigo que devia ser alterada a questão das minas para haver concurso público. É a MTI? Toda a gente sabe quem é a MTI, um dos representantes até foi Director Regional de Agricultura do Norte, toda a gente sabe quem são as pessoas. -----

-----Em relação mais pormenorizadamente ao orçamento da receita e da despesa, vejo com alguma preocupação e também dou a mão à palmatória na redução do próprio Estado em relação às verbas a distribuir pelos Municípios que há uma redução significativa, notando-se como o quadro explica que o Município de Moncorvo vai receber o mesmo que recebeu em 2006 ou praticamente o mesmo, o que nos deixa alguma preocupação, não deixando de salientar que foi feito na Vereação uma negociação, digamos assim, em relação às transferências para algumas Associações. No entanto, aquilo que nós falamos é que há uma Associação que recebe sempre mais do que outras, não desprezando o valor e o trabalho que está a ser feito na área de formação, estou a falar concretamente no Grupo Desportivo de Moncorvo. No entanto, 210.000,00€ considero uma verba para os tempos que correm um bocado exagerada. -----

-----E gostaria também, já foi falado aqui noutros anos que quando houvesse discussão do orçamento, pelo menos até 30 de Outubro, houvesse uma execução do anterior para termos mais ou menos a noção do que é que está a ser feito. Eu vi as datas na Internet das reuniões de Câmara e, penso se não estou em erro, corrija-me, a 11.ª alteração foi feita há pouco tempo ao Orçamento e Plano de 2011. Isso deixa-nos aqui um tanto ou quanto preocupados acerca de saber ou não se algumas opções estão a ter uma boa execução ou uma má execução. É só. -----

-----**Senhor Presidente da Câmara:** Efectivamente há 3 / 4 milhões a menos na receita do Orçamento de 2012 em relação a 2011, mas o corte de um milhão em cumprimento da Lei das Finanças Locais não justifica tudo, o grosso da coluna é exactamente poder-se deixar de prever a receita da eólica. Tão simples quanto isto. No Orçamento de 2011 estava previsto a receita do Consórcio da EUFER. Para 2012 e sabendo que o Consórcio desistiu, não faz sentido e, portanto, deixou de haver receita e deixou de haver despesa, ou seja, os investimentos projectados também não estão dotados a não ser em abertura. Aliás, o Parque de Campismo tinha que forçosamente estar porque há dois terrenos que chegaram a ser negociados e temos que fazer a escritura, e se não for feita ainda este ano teremos que ter rubrica aberta para o próximo ano. Onde está projectado o parque de campismo são 5 proprietários, 2 chegaram a ser feitos contrato-promessa ainda no mandato anterior e, portanto, esses mantiveram-se e tem que se concluir a aquisição. -----

-----O projecto do arquitecto Souto Moura que até está pago é uma mais-valia para o Município. Dizer que está com tanta preocupação com o projecto de alguém que ganhou todos os prémios que ganhou, se calhar, este projecto vale o dobro, porque já foi em 2009 e não podíamos adivinhar que o senhor ia ganhar o prémio Pritzker 2011, o Nobel da arquitectura. Portanto, eu acho que podiam dizer, parabéns apostaram bem, mas não, estão preocupados



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

como é que foi o concurso e mais não sei quê. Bem, o que eu agradeço ao Nuno Costa é que já respondeu como é que foi e quem é que entregou, etc., portanto, ao fim e ao cabo escusavam de ter perguntado porque já sabiam, a menos que você não fale com o senhor Machado e o senhor Machado não fale com o Costa, mas é lá entre vós. -----

-----Agora, também é recorrente esta questão do GDM. O que está para o GDM é um terço disso, aliás, acho que nem chega a um terço. Portanto, vamos lá a ver, isso era o mesmo que dizer que se dá X ao PARM. Não, financia-se a gestão do Museu, não é para o PARM, ele tem que sustentar a gestão do Museu com aquilo. Era a mesma coisa que dizer dão X ao Clube de Caça e Pesca. Não, eles não podem fazer o que querem a esse dinheiro, porque é para sustentar a gestão do Canil e, portanto, aquela verba que está no Plano de Actividades Municipais vai para o Grupo Desportivo de Moncorvo dentro dos objectivos do Fomento Desportivo. Agora, a verba que está para conservação das instalações têm que manter as instalações, e garanto-lhe uma coisa, se fosse a Câmara a mantê-las ficava muito mais caro, porque eu sei quanto custa a manutenção do estádio municipal de Bragança ou do estádio municipal de Macedo, porque quando entra na administração pública não se combinam vencimentos, é o tabelado da função pública, são as horas extraordinárias, etc. Fica muito mais caro, portanto, ao contrário do que está a dizer o Município ganha dinheiro. Por isso, também é a mesma filosofia pelo qual entregámos a gestão do Canil ao Clube de Caça e Pesca e a gestão do Museu ao PARM. É mais eficiente e económico. -----

-----Agora, o ano passado e lembro-me perfeitamente a Dra. Liliana, nesta Assembleia Municipal ter falado do mapa de execução orçamental e tem razão. Este ano, não fazia sentido. Eu estive a ver um mapa de execução, não adianta. Não adianta porque este ano está integrado o crédito do saneamento financeiro e o pagamento de toda aquela dívida que vinha dos anos anteriores e que não foi despesa feita em 2011, portanto, isso deturpa completamente a execução orçamental. Quer dizer, não adianta dizer, em transportes escolares foram setecentos mil mil euros. Não foram, porque metade era dívida do ano anterior e, isto repete-se numa série de rubricas, portanto, eu acho que até era contraproducente dado que foram cerca de seis / sete milhões que foram pagos de facturação de anos anteriores. -----

-----Agora é óbvio quando diz, se não se tivessem cometido alguns erros, também se não cortassem um milhão nos termos da Lei das Finanças Locais, se calhar, também podíamos afectar um milhão ao Parque de Campismo. É óbvio que nós estamos numa situação financeira que não é desejável, há pior, há melhor. Agora, há uma coisa, erros, pois claro, todos cometemos erros, se calhar, eu até melhor que os senhores diria, eu sei que no ano tal tomamos uma decisão assim e foi asneira, porque o que eu assisto é que muitas vezes se critica pela superfície e não se vai ao fundo da questão, é o que parece, é o que as pessoas vêem, e houve realmente erros, houve, mas isso houve antes e tornará a haver. É óbvio, alguém se reivindica ser Deus que não comete erros? Nós somos humanos. Agora, uma coisa é certa, a Câmara está numa má saúde financeira, mas nem que não se invista nada, a não ser manutenção, etc., ninguém vive pior, porque não há ninguém neste momento com problemas de abastecimento domiciliário de água, neste concelho. Viram ainda recentemente em Bragança camiões a transportar água? Neste concelho não há camiões a transportar água, não há carências, não há problemas de esgotos, as ruas salvo raras excepções estão pavimentadas, portanto, mesmo que a Câmara não tenha dinheiro para fazer mais nada as pessoas têm o mínimo a que têm direito no século XXI. É óbvio que isso foi um investimento pesado, muitos dos presentes não sabem o que era o concelho em 1986, mas numa exposição que era para ser feita este ano e que há-de ser feita para o ano que é para lembrar o ano de





**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

1986, como é que foi passados 25 anos e, portanto, há sempre algumas coisas, eu admito que haja um cemitério ou outro que precisa de ser ampliado, admito que haja umas pequenas necessidades. Agora, o que eu também vejo hoje é que nalguns ofícios de Juntas de Freguesia já chamam arruamentos a caminhos e, por exemplo, hoje estão a falar da factura energética e de diminuir etc., mas ainda há Juntas de Freguesia que querem aumentar novos pontos de luz. Nós não estamos a aumentar, nós estamos a diminuir. Aliás, se repararem a Avenida das Amendoeiras está a 50%, na Corredoura está reduzido a 30% e ninguém notou, significa que realmente tínhamos luz a mais, e isto agora começou-se na Vila, mas vamos ter que ir às aldeias. Bem, houve um senhor Presidente de Junta que queria 5 pontos de luz e que não fazia diferença nenhuma a iluminação estar cortada da 01h00 às 05h00. Se calhar, não. Ele não está aqui. Se o povo concordar com isso, eu não tenho nada contra isso. Agora, nós aumentar a factura de energia está fora de hipótese, se aumentarmos nalgum sítio temos que corrigir noutro e, portanto, hoje muitas vezes já se anda quase a inventar o que fazer. Isto é um facto. Portanto, independentemente dos erros que se cometeram e cometeram-se logicamente, porque construíram-se barragens, fizeram-se estradas, fez-se tudo aquilo que era básico, é por isso também que a situação financeira chegou onde chegou e que obviamente tem maior preponderância, tem maior relevo dado a situação de crise, porque, por exemplo, 1,8 milhões assusta, pois assusta, mas se não nos cortassem um milhão em cumprimento da Lei das Finanças Locais já assustava menos. -----

**2.º Período de inscrições:** -----

-----**Deputado Carlos d'Abreu:** Senhor Fernando Ferreira, queira explicar-me de que consta esta rubrica relativa à Variante de Maçores e outra para a rodeira entre o cemitério/entrada da Lousa-Rio Douro, obra considerada prioritária pela população e pela Junta de Freguesia, ou será pelas Juntas de Freguesia. Esta variante de Maçores por onde é que estão a pensar passar essa variante? -----

-----E relativamente à do cemitério/entrada da Lousa-Rio Douro, esta variante começa apenas no cemitério? É que eu recordo que um autocarro de grande porte tem dificuldade em chegar ao cemitério. Claro que essa rodeira que ali existe será importante para minorar os efeitos, porque um autocarro maior não chega ao cemitério. Há também uma variante pensada até ao cemitério, do início da aldeia quem vai daqui para lá, para fazer essa ligação? É essa a minha pergunta. -----

-----**Deputado Francisco Fevereiro:** Dado que é a primeira vez que estou a intervir nesta sessão da Assembleia, queria dirigir-me em primeiro lugar ao senhor Presidente sobre os comentários que teceu sobre esta Assembleia pois terá toda a razão em afirmar, porque eu faço parte de um todo, mas quero naquilo que me toca penitenciar-me e justificar-me um pouco. Em primeiro lugar, tenho um problema comigo que normalmente aprendo aquilo que me explicam depressa, e as explicações que o senhor Presidente deu são tão claras que para mim está claro, passe a redundância, está claro, não há nada a dizer, apenas que concordo com tudo aquilo que foi dito, nomeadamente no projecto mineiro que sempre me cheirou a esturro, não sabia era porquê. Eu agora já sei. O que é que eu vou dizer, por esse lado torno pouco interventivo precisamente por esse pormenor. Há aqui pessoas que tendem em não querer aprender, ou tendem a não querer, digamos, assumir aquilo que é claro. Por outro lado, cansa-me porque eu não gosto de ser repetitivo. Nunca poderia ser actor de teatro para fazer a mesma peça vezes seguidas, porque me canso facilmente de repetir as coisas, e aquilo que a oposição trás aqui são sempre coisas que já foram faladas noutras Assembleias anteriores, do



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

mesmo ano, dos anos anteriores, e eu não consigo, não tenho feito, aquilo que eu tenho que me penitenciar e desculpar, eu não tenho feito para estar a responder àquilo que já respondi outras vezes porque trazem sempre os mesmos assuntos. -----

-----**O Presidente da Mesa** usou da palavra e disse: Senhor Deputado permita-me uma coisa, está a fugir ao ponto número dois. Eu acho que devia ser anteriormente. -----

-----O mesmo **Deputado Municipal** continuou a sua intervenção: A nível das despesas criticadas, eu acho que está um orçamento muito equilibrado, eu defino-o todo assim, equilibrado nas condições que temos. -----

-----Quanto à parte do Grupo Desportivo de Moncorvo é isso que me custa todos os anos se fala da mesma forma, reduziu-se a verba com o tal equilíbrio que se pretende, mas eu dou um exemplo, eu gosto de futebol, mas tenho pouco tempo para ir ao futebol, mas sou sócio, pago as minhas quotas porque acho que devo fazê-lo, porque não está só em questão a equipa sénior, estão outras actividades que o grupo desenvolve. Eu tenho dois rapazes, gostava que eles praticassem desporto, estão ali ao lado do grupo, não vão lá porque não gostam, mas os filhos dos outros gostam, e eu pago os meus impostos que são incluídos no orçamento do Município com gosto na parte que compete ao Grupo Desportivo. É esse altruísmo que nós devemos ter como contribuintes. Eu acho que a despesa do Grupo Desportivo e continuo a dizê-lo, neste ano, parece-me equilibrada. -----

-----**Senhor Presidente da Câmara:** O projecto da Variante de Maçores já existia quando eu entrei para a Câmara e é das Estradas de Portugal, portanto, e perguntar-me ainda hoje, já é para aí a quinta vez na Assembleia Municipal que eu digo, a Variante a Maçores é um projecto das Estradas de Portugal. -----

-----O da Lousa idem aspa. Esse não tem projecto, mas está bom de ver se é a rodeira é aquela rodeira, é aquele caminho que, aliás, eu e o Eng.º José Aires estivemos lá em Julho e percorremos todo esse caminho a pé com o senhor Presidente da Junta. O projecto ainda tem que ser feito, há apenas uma estimativa orçamental. -----

-----Queria também aproveitar para dizer que se mantém no Orçamento a transferência para a Santa Casa da Misericórdia para o atendimento nocturno na Unidade de Cuidados Continuados. Da mesma maneira que se mantém uma coisa que sai muito mais cara, porque efectivamente esse atendimento nocturno na Unidade de Cuidados Continuados custa 1.500,00€, ou seja, num ano são 18.000,00€, mas o estudo que neste momento está a ser feito e cujo relatório vamos apresentar ainda este mês à Comissão de Reavaliação das Redes de Urgência custa mais de 40.000,00€. Quer dizer, um estudo dá para pagar 3 anos, é um estudo caro. Também não foi por concurso público, vejam lá o atrevimento, por acaso até foi um gabinete indicado por um médico conhecido do Coordenador do Centro de Saúde, e vejam lá o atrevimento também sem concurso público até é a Câmara a pagar directamente. Agora, se calhar, se fizéssemos concurso público, quando tivéssemos o estudo já tinha sido feito o processo de Reavaliação das Redes de Urgência que como é público a Comissão tem que apresentar o relatório até ao fim do mês de Janeiro. A Câmara já tomou posição em Outubro e agora em Dezembro vai entregar o tal estudo e, portanto, obviamente não podia fazer concurso público sob pena de gastar dinheiro num estudo que não servia para nada. Agora, e voltando à questão da Unidade de Cuidados Continuados, eu não faço ideia, sinceramente, se há ocorrências que justificam ou não. Eu suspeito que não. Eu suspeito que vá lá muito pouca gente. Eu estive lá uma vez. Agora, sei que também já houve alguns casos, um dos casos foi com uma navalha e a pessoa foi lá e fizeram-lhe o curativo, e não precisou de ir a Foz Côa e, portanto, ter aqui um sítio onde a pessoa possa fazer estas coisas mínimas que não precise de



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

ir para um serviço de urgência, eu acho que os 1.500,00€/mês justificam e vale a pena mesmo que passe uma semana sem ir lá ninguém. -----

-----Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa colocou o ponto à votação, tendo obtido os seguintes resultados: -----

<b>VOTAÇÕES</b>	<b>PS</b>	<b>COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Votos a Favor</b>	<b>23</b>	<b>0</b>	<b>23</b>
<b>Abstenções</b>	<b>0</b>	<b>13</b>	<b>13</b>
<b>Votos Contra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

A Sra. Deputada Liliana de Fátima Fidalgo Fernandes (Coligação PPD/PSD-CDS/PP), não participou na votação por se encontrar ausente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar a Proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012 e Mapa de Pessoal para 2012. -----

-----Esta deliberação foi tomada por maioria de vinte e três votos a favor dos senhores Deputados da bancada do PS e treze abstenções dos senhores Deputados da bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP. -----

---

**PONTO TRÊS — PROPOSTA DE REVISÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS  
MUNICIPAIS.** -----

---

-----Foi presente o assunto supra, o qual foi aprovado em reunião camarária realizada no dia 02 de Dezembro de 2011. -----

-----Abertas as inscrições, usaram da palavra: -----

-----**Deputada Altina Pinto:** Relativamente a este ponto, gostaria de perceber melhor como é que vai ficar feita a reorganização dos serviços municipais, uma vez que actualmente temos um Director e cinco Chefes de Divisão, e o que se prevê é que fiquem só apenas dois Chefes de Divisão. -----

-----Falam aqui em Chefes de Divisão de 2.º e 3.º grau, gostava de perceber como é que isto vai funcionar e, em termos financeiros como é que também vai ficar, porque provavelmente um Chefe de Divisão de 3.º grau vai receber menos do que recebe actualmente. -----

-----**Senhor Presidente da Câmara:** Uma unidade orgânica de 3.º grau não é Chefia de Divisão, e porque se avizinham alterações a introduzir em futuro próximo, propõe-se duas coisas: uma, a nível da DAF passa a ser Director de Departamento ou Chefe de Divisão, portanto, aí há menos um lugar, porque podia haver um Director de Departamento e um Chefe de Divisão; depois, a definição de um número determinado de Divisões, lideradas por titulares de cargos de direcção intermédia de 3.º grau, que não tem direito a Chefes de Divisão. -----

-----Quanto ganha, eu não sei, sei que é mais ou menos a meio entre um Técnico Superior e um Chefe de Divisão. De qualquer modo, de acordo com o propósito do Governo, esta proposta quando aplicada terá como consequência descer as despesas do pessoal da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo. -----

-----Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa colocou o ponto à votação, tendo obtido os seguintes resultados: -----



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

<b>VOTAÇÕES</b>	<b>PS</b>	<b>COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Votos a Favor</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>22</b>
<b>Abstenções</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>13</b>
<b>Votos Contra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Os Srs. Deputados Nuno Manuel Martins Costa e António Manuel Capela (Coligação PPD/PSD-CDS/PP), não participaram na votação por se encontrarem ausentes. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea n) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com a alínea c) do artigo 6.º do Regime Jurídico da Organização dos Serviços das Autarquias Locais (Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro), aprovar a proposta da Câmara Municipal relativa à Reorganização dos Serviços Municipais, nos termos constantes da proposta. –

-----Esta deliberação foi tomada **por maioria de vinte e dois votos a favor** dos senhores Deputados da bancada do PS; e **treze abstenções**, sendo: 1 abstenção da senhora Deputada Altina Pinto da bancada do PS, e doze abstenções dos senhores Deputados da bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP. -----

---

**PONTO QUATRO – PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DAS HORTAS COMUNITÁRIAS SUSTENTÁVEIS EM TORRE DE MONCORVO.** -----

---

-----*Foi presente o assunto supra, o qual foi aprovado em reunião camarária realizada no dia 02 de Dezembro de 2011.* -----

-----Abertas as inscrições, usaram da palavra: -----

-----**Deputado Francisco Fevereiro:** Posso ter lido um pouco à pressa o que nos foi disponibilizado e não consegui descortinar a atribuição dos talhões para a execução das hortas. Pretendia apenas sugerir que fossem atribuídos depois das acções de formação, não se vá verificar o facto se forem a priori haverá aqueles que estão lá para cumprir calendário nas acções de formação e que irão tolher a oportunidade de outros que, se calhar, até terão mesmo interesse e que podem tornar esta ideia interessante à partida, mas muito mais interessante no final. -----

-----**Deputado Carlos d'Abreu:** Primeira questão, onde é que se vão localizar estas hortas? Segunda questão, quem é o proprietário desses terrenos? Terceira questão, está tratada a questão da irrigação das hortas? Este assunto parece-me importante. Gostaria de saber, certamente que terá sido pensado, mas se no momento após a aprovação deste Regulamento e começarem a chegar as candidaturas, naturalmente que os interessados poderão começar logo a iniciar a sua vida de hortelões. Tem as condições para isso? -----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Falou sem microfone. -----

-----**Vereadora Eng.ª Alexandra Sá:** As hortas comunitárias vão-se localizar nos terrenos do Parque Urbano e na Quinta Fonte Carvalho, ambos propriedade do Município. -----

-----A questão da irrigação está prevista no projecto, vão-se aproveitar as águas de nascente, poços e pluviais que atravessam os terrenos, estas vão ser canalizadas para um reservatório e posteriormente aproveitadas para a irrigação das hortas. -----



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

----- **2.º Período de inscrições:** -----

-----**Deputado Orlando Mesquita:** Falou sem microfone. -----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Senhora Vereadora, não sei se respondeu ou eu não me apercebi, portanto, vão ser construídos depósitos para regar cada horta? A água é da rede? -----

-----**Vereadora Eng.ª Alexandra Sá:** Não, pois temos poços tanto num sítio como nouro, vai ser construído um reservatório onde vão ser canalizadas as águas dos recursos naturais, para depois se regar por gravidade. -----

-----Não vão utilizar água da rede, porque é suficiente os recursos hídricos existentes no terreno. Esta tem é de ser racionalizada, como é óbvio. -----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Isto das hortas é uma coisa muito boa, não é? É naquele terreno que está voltado além na encosta? Desejo-lhe sucesso. -----

-----Terminadas as inscrições, o Presidente da Mesa colocou o ponto à votação, tendo obtido os seguintes resultados: -----

<b>VOTAÇÕES</b>	<b>PS</b>	<b>COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Votos a Favor</b>	<b>23</b>	<b>8</b>	<b>31</b>
<b>Abstenções</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
<b>Votos Contra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

O Sr. Deputado António Manuel Capela (Coligação PPD/PSD-CDS/PP), não participou na votação por se encontrar ausente.

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar a Proposta de Regulamento Municipal das Hortas Comunitárias Sustentáveis em Torre de Moncorvo. ---

-----Esta deliberação foi tomada **por maioria de trinta e um votos a favor**, sendo: 23 votos dos senhores Deputados da bancada do PS e 8 votos dos senhores Deputados da bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP); e **cinco abstenções** dos senhores Deputados António Júlio Andrade, Carlos d'Abreu e Guilhermino Esteves Soares; Secretária da Junta de Freguesia da Lousa senhora Ana Maria Seixas Filipe Cordeiro, e Secretária da Junta de Freguesia de Maçores senhora Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto (Coligação PPD/PSD-CDS/PP). -----

----- **Declarações de Voto:** -----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Considero o projecto bom, mas abstenho-me, por uma razão muito simples. Não acredito na rentabilidade dele e na eficácia, até porque vejo as hortas todas abandonadas pelo concelho. -----

-----**Deputado Carlos d'Abreu:** Bom, eu só me abstive porque à última da hora ouvi aqui dizer à nossa Vereadora responsável pelo projecto que a irrigação era da rede pública e era gratuita .... (*ouvem-se vozes*). -----

-----**O Presidente da Mesa** usou da palavra e disse: Ouvia mal senhor deputado, porque a senhora Vereadora foi bem clara, há poços nesses sítios e vai ser daí a tiragem da água para regar. -----

-----O mesmo **Deputado Municipal** continuou e disse: Foi lapso, certamente. Esperemos que na próxima acta, porque de facto isso está lá. Quer dizer, deixou-me preocupado, então, vão regar com água da rede pública, água tratada e eu é que a vou pagar? -----



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**PONTO CINCO – LIVRO VERDE DA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL.**

-----Foi presente para análise o assunto supra, colocado em discussão pública pelo Governo, e em que se definem os critérios para a manutenção/extinção de Freguesias e sua eventual agregação. -----

-----Abertas as inscrições, usaram da palavra: -----

-----**Deputado Francisco Fevereiro:** Ora bem, parece-me que isto é coisa demais com tempo de menos e, digamos, que estamos a ser empurrados, não nos dão esclarecimentos, não nos dão tempo, eu não sei que papel poderá ter esta Assembleia discutir o que quer que seja. Primeiro, nota-se que isto é um documento que foi feito à pressão, e não preciso de dizer mais nada, porque gere o tempo toda a gente sabe, há pressão, pressão de contas, pressão de troika, chamem-lhe aquilo que quiserem, mas foi à pressão e, depois, tem coisas contraditórias. Quer dizer, pretende-se aumentar a relação de proximidade e o que se propõe de maior impacto é a redução do número de freguesias com extinção de algumas delas por aglomeração. Aglomeração porque critérios? Não estão cá. Discutimos o quê? Pela distância em linha recta? Quer dizer, as pessoas quando vêm à sede do Município vêm a corta-mato. Que critério foi esse? A tal pressão que eu falo. As pessoas não pensaram que ninguém vem, ninguém se desloca. Então, numa linha recta deslocam-se pelas vias de comunicação que existem, serão essas as distâncias que têm que ser consideradas para os critérios de extinção e posterior aglomeração que não tem critérios à partida, tem muito poucos para nós nos podermos pronunciar. -----

-----Por outro lado, fala-se aqui também, no Eixo 2 – Organização do Território, que é aquilo que mais nos interessa porque nós não temos células, que se pretende promover o debate ambicioso, que o próprio Governo fomentará esse debate, mas fomenta dando-lhes o quê? O tempo do dia de ontem? A partir do dia 31 de Janeiro, a bola está do lado de lá e nós não os vemos mais, pelo menos é o que se pode deduzir do Cronograma Geral da Reforma da Administração Local. Portanto, a partir do final de Janeiro, há a elaboração da proposta de Lei e a entrega na Assembleia da República. O nosso debate ambicioso é hoje. E só me inscrevi eu. Isto vai ser um debate. Não percebo. -----

-----Então, o que eu proponha é interromper os trabalhos e durante quinze minutos reunir com representantes da oposição e entre nós ver se haverá alguma coisa a decidir. Pela parte que me toca até nem me importava nada e prescindia se isso for legal de vir cá numa Assembleia extraordinária. Acho que isto é um assunto demasiado importante para ser discutido com o tal debate ambicioso que nos propõem. Portanto, para já proponho isso se for aceite e dessa reunião sairá alguma coisa ou nada. -----

-----**Deputado Orlando Mesquita:** Senhor Presidente, antes de começarmos a reunião da Assembleia, o Deputado Fevereiro falou comigo e naturalmente que concordámos em princípio até com uma possível moção, se bem que o Governo fez isto e eu concordo um bocado parece que apressadamente, e mais apressadamente temos agora este documento. Atendendo à complexidade, atendendo à importância que este documento tem, eu confesso que não me sinto devidamente preparado para o debater. No entanto, acho-o de extrema importância e não será agora com um interregno de quinze minutos que a gente vai conseguir aqui tomar uma posição, estou disposto e já disse ao Deputado Fevereiro, que podemos muito bem começar a discuti-lo, e presumo que a grande maioria dos presentes também não estão devidamente esclarecidos com este documento, que é um documento um pouco extenso, mas nem é por



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isso, é pelo que daqui advém e implica, é uma coisa muito importante que vai mexer aqui com organigramas, com estruturas fundamentais do nosso concelho, do nosso Município, e não vou de maneira nenhuma aqui estar, eu pelo menos, a assumir a responsabilidade em quinze minutos de uma posição acerca deste documento. -----

-----Concordo também com o Deputado Fevereiro que isto terá que ser quase obrigatoriamente para uma reunião extraordinária, sendo que até dia 31 de Janeiro a gente tem que ter uma posição tomada. Agora, se calhar mais algum tempo para realmente nos debruçarmos com muita cabeça sobre isto acho que era necessário. No entanto, naturalmente que se quisermos reunir e começarmos a tomar uns tópicos relativamente a isso e exceptuando qualquer opção política que possa haver, acho que deve ser um documento tomado em acordo por todos os participantes desta Assembleia. -----

-----**O Presidente da Mesa** usou da palavra e disse: Penso que a intervenção dos dois Deputados foi no caminho da vontade expressa das forças políticas aqui representadas nesta Assembleia, pelo que, vamos proceder à interrupção dos trabalhos da presente Sessão da Assembleia Municipal pelo prazo de quinze minutos, a fim de permitir a apresentação de uma proposta sobre o assunto à Mesa da Assembleia Municipal. -----

-----Findo o prazo estabelecido para a interrupção dos trabalhos, os mesmos foram retomados, sendo dado o uso da palavra aos Deputados que desejassem intervir. -----

-----**Deputado Orlando Mesquita:** Ora, acabados de reunir vou já explicar que optámos por todas as Juntas de Freguesia que serão regidas por este critério de menos de 300 habitantes da Organização do Território e que poderão ser directamente visadas têm o seu representante. Portanto, esta Comissão a nosso ver deverá ser constituída pelos oito Presidentes de Junta das respectivas Freguesias que passo a nomear: Peredo dos Castelhanos, Urros, Maçores, Felgueiras, Mós, Souto da Velha, Cardanha e Castedo; Depois, dois representantes das forças políticas, *ou seja*, dois do PS, dois do PSD e dois do CDS. Portanto, será uma Comissão constituída por catorze elementos que deverá, então, quanto antes pronunciar-se. A sugestão apresentada que penso ser de concórdia, é que seja também eleita uma Comissão de Redacção dentro destes seis elementos das forças políticas para elaborar o documento final. Penso que é isto. -----

-----**O Presidente da Mesa** usou da palavra e disse: Esta proposta significa que podemos votar a suspensão do ponto cinco da "Ordem do Dia", a criação de uma comissão e a marcação de uma assembleia extraordinária para o dia 15 de Janeiro. -----

-----Senhoras e senhores deputados, vamos votar a proposta apresentada pelos grupos parlamentares que têm participação nesta Assembleia Municipal, que eu vou passar a ler: -----

-----*Após reunião e decisão daí tomada solicitam à Veneranda Mesa deste órgão o seguinte:* -----

- *Dada a complexidade e importância que o ponto 5 do Período da Ordem do Dia implica, propõem que a discussão e apreciação desse mesmo ponto sejam suspensas a fim de ser formada uma comissão que se debruçará sobre este ponto.* -----
- *Solicitam, ainda, a marcação de uma reunião extraordinária com vista a apreciar o referido ponto e o relatório que essa comissão apresentará.* -----
- *Os requerentes informam, ainda, a composição da referida comissão:* -----
  - *Presidentes de Junta das Freguesias de Peredo dos Castelhanos, Urros, Maçores, Felgueiras, Mós, Souto da Velha, Cardanha e Castedo;* -----



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

- *Dois representantes das forças políticas municipais, ou seja: -----*
  - *Do PS – os senhores deputados Francisco Fevereiro e Altina Pinto; -----*
  - *Do PSD – os senhores deputados Nuno Costa e Guilhermino Soares; -----*
  - *Do CDS – os senhores deputados António Júlio Andrade e Viviana Teixeira. -*

Quem vota a favor? -----

Quem se abstém? -----

Quem vota contra? -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.** -----

-----A seguir, o **Deputado Nuno Costa** usou da palavra e disse: Senhor Presidente, só para dar uma pequena nota para depois esta Comissão poder trabalhar melhor. As freguesias terão que deliberar na sua respectiva Assembleia de Freguesia até à próxima reunião da Comissão agora constituída. Portanto, as Assembleias de Freguesia têm que deliberar/dar parecer antes do dia 14. É só isso. -----

----- **Declaração de Voto:** -----

-----**Deputado Carlos d'Abreu:** Eu votei a favor da suspensão/adiamento desta discussão, assim como votei a favor da criação da dita comissão, mas gostaria de fazer aqui algumas sugestões. É que, primeiro, não me agrada, bom, alguém está a protestar... (**ouvem-se vozes**). Então, eu quero fazer duas declarações de voto. A primeira vai ser ao adiamento/suspensão desta questão, deste ponto cinco, dizer que a Assembleia extraordinária não devia reunir até ao dia 15 de Janeiro como aqui se diz, mas devia reunir um pouco mais próximo do final da discussão final, que parece-me que tem que ocorrer até ao dia 31 de Janeiro. Porquê? Para que a comissão possa elaborar o seu trabalho e para que o trabalho chegue a todos nós e assim podermos também dar o nosso contributo. Quer dizer, porque não é a comissão que vai decidir pela Assembleia, não é verdade? Nós temos esse direito também de dar os nossos contributos ao debate, que é um assunto como aqui foi dito e eu corroboro demasiado sério para ser discutido e decidido de ânimo leve. Portanto, a minha declaração de voto é nesse sentido. Voto a favor, mas com estas sugestões, que a dita sessão extraordinária, como diz o António Júlio e muito bem, não tem que ser pedida à Câmara Municipal, a Mesa é que a marca e podemos já marcar aqui um dia se assim o entenderem que ocorra o mais próximo possível até ao final do mês de Janeiro, para termos mais tempo visto já estarmos em Dezembro. Quer dizer, falta menos de um mês para reunir até ao dia 15 de Janeiro. -----

-----**O Presidente da Mesa** usou da palavra e disse: Senhor deputado, eu falei no dia 15 porque os dois grupos parlamentares falaram precisamente até ao dia 15 de Janeiro. Portanto, se entenderem que pode ser até ao dia 20, tudo bem, até poderemos ver aqui uma data. -----

-----O mesmo **Deputado Municipal** continuou e disse: Exactamente, acho que devia ficar já aqui uma data estabelecida para a próxima sessão extraordinária, que é a Mesa que a marca e não a Câmara Municipal, como é óbvio. -----

-----**O Presidente da Mesa** usou da palavra e disse: Não é a Câmara Municipal, é a Mesa que marca, mas temos que dar conhecimento à Câmara Municipal desta deliberação, como todas. Portanto, será no dia 16 de Janeiro, «Segunda-feira», às 09h30m. A proposta pode avançar com essa data, senhor deputado Orlando Mesquita. -----

-----Está encerrado o assunto. -----





**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

(n.º 1 do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro).

De seguida, o Presidente da Mesa em exercício, abriu o período reservado ao público, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção.

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:**

Por último procedeu-se à leitura da **minuta da acta** que foi aprovada **por unanimidade**, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:**

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa em exercício, desejou a todos um Bom Natal e um Próspero Ano Novo e, pelas **12h55m** deu por encerrada a Sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros constituintes da Mesa.

**O Presidente da Mesa em exercício,**

\_\_\_\_\_  
(António Alves Salema)

**A 1.ª Secretária,**

\_\_\_\_\_  
(Beatriz da Luz Souza Fernandes)

**A 2.ª Secretária,**

\_\_\_\_\_  
(Maria do Rosário Patrício)

(Acta aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor, oito abstenções e zero votos contra, na Sessão de 27/04/2012).